Demonstrações Contábeis

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Em 31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Pau Rainha e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração dos fluxos de caixa.....8
Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Building a better working world

Centro Emprsarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 508 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Pau Rainha e Comércio de Energia SPE S.A.
Boa Vista - RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pau Rainha e Comércio de Energia SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Building a better working world

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Nathália Domingues

Nathália Domingues
Contadora CRC-CE 20833/O-7

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**258**	1
Adiantamentos a Fornecedores	5	**5.500**	-
Total dos ativos circulantes		**5.758**	1
Ativo não circulante			
Arrendamento		**165**	-
Imobilizado	6	**50.785**	-
Total ativo não circulante		**50.950**	-
Total ativo		**56.708**	1

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		**40**	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		**185**	-
Passivo arrendamento		**9**	-
		234	-
Passivo não circulante			
Debêntures	7	**20.666**	-
Passivo arrendamento		**141**	-
		20.807	-
Patrimônio líquido	8		
Capital social		**20.756**	1
Adiantamento futuro aumento capital - AFAC		**16.150**	-
Prejuízos acumulados		**(1.239)**	-
Total do patrimônio líquido		**35.667**	1
Total passivo e patrimônio líquido		**56.708**	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	9	**(1.215)**	-
Depreciação		**(4)**	-
Outras Receitas Operacionais		**5**	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(1.214)**	-
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		**(25)**	-
Receitas financeiras		**-**	-
		(25)	-
Prejuízo do exercício		**(1.239)**	-
Quantidade média ponderada de ações		**20.756.206**	-
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária - R$		**(0,06)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	**(1.239)**	-
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total do exercício	**(1.239)**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	-	1
Integralização de capital	20.755	-	20.755
Adiantamento futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8)	16.150	-	16.150
Prejuízo do exercício	-	(1.239)	(1.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.906	(1.239)	35.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(1.239)**	-
Ajustes por:		
Depreciação	**4**	-
Juros sobre arrendamento mercantil	**7**	-
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos		
Adiantamento Fornecedores	**(5.500)**	-
Fornecedores	**40**	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**185**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(6.503)**	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Direito de uso	**(165)**	-
Aquisição de imobilizado	**(50.129)**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(50.294)**	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	**20.755**	1
Captação de debêntures	**(42)**	-
Pagamento de custo de transação com debentures	**20.052**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**16.150**	-
Obrigações com arrendamento	**139**	-
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	**57.054**	1
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**257**	1
No início do exercício	**1**	-
No fim do exercício	**258**	1
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**257**	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações sobre a Companhia

A Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A. ("Companhia" ou "PAU RAINHA") é uma subsidiária direta da Oxe Participações S.A, e foi constituída em 30 de agosto de 2019 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Levindo Inacio de Oliveira, 1117, sala 1, Paraviana- Boa Vista- RR.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico – SPE) de implantar e explorar o potencial energético da Central Geradora Termelétrica Pau Rainha, usina termelétrica a biomassa (Energia Renovável), e comercializar a energia elétrica nela gerada. A Pau Rainha poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração da Central Geradora Termelétrica Pau Rainha, sob o regime de produção independente de energia elétrica, objeto do Leilão no. 01/2019 – ANEEL, cadastrado sob Processo no. 48500.0000027/2019-14, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser prorrogado caso necessário ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados (CCESI) e seus eventuais aditamentos, renovações, prorrogações, nos termos do competente Leilão.

Tem capacidade instalada de 10 MW e garantia física de 8,163 MWm, conforme resolução autorizativa no.8051 de 06 de agosto de 2019 e despacho no. 2714 de 21 de setembro de 2020 da ANEEL. Encontra-se na fase pré-operacional em construção, com previsão de início da operação comercial no segundo semestre de 2021.

UTE	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE SA	8.057	06/08/2019	35 anos	10

1.1. Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados ("CCESI")

Em decorrência de certame licitatório para aquisição de energia elétrica e potência no Sistema Isolados ("Leilão"), realizado em 31 de maio de 2019, conforme o Edital do Leilão no. 01/2019 – ANEEL, a PAU RAINHA e a concessionária de distribuição local assinaram o CCESI, o qual trata do suprimento de energia elétrica visando ao atendimento do mercado consumidor da área de concessão da concessionária.

Conforme a regulamentação do setor elétrico, a concessionária tem como uma de suas prioridades o pagamento do suprimento de energia elétrica, para a devida prestação do serviço público de distribuição. Nesse sentido, o CCESI prevê a assinatura do CCG com a finalidade de garantir o cumprimento das obrigações de pagamento da concessionária.

1. **Informações sobre a Companhia**--Continuação

1.2. Contrato de Constituição de Garantia ("CCG")

O CCG tem por objeto estabelecer os temos e condições de cumprimento da obrigação de pagamento, conforme definido no CCESI, mediante: (i) a vinculação de parte da receita; e (ii) a regulamentação de todos os termos e condições segundo os quais o Banco Gestor irá atuar como banco mandatário, depositário e responsável pela centralização e administração de fluxos de recursos da Conta Centralizadora, Conta Vinculada e da Conta Reserva, para fins de pagamento do CCESI.

1.3. Pandemia de COVID 19 – Contexto e impactos

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. As autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos e/ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia e mantendo todas as medidas preventivas para preservar a saúde e a segurança dos colaboradores próprios e terceiros, bem como para apoiar os parceiros e as comunidades nas localidades onde a Companhia atua.

Com relação às obras de construção da Usina, o marco final de entrada em operação comercial da UTE foi impactado por eventos de força maior, decorrentes principalmente do agravamento da pandemia, de medidas sanitárias adotadas pelos entes governamentais e suas consequências para a cadeia de fornecimento de produtos e serviços na região Norte.

Nesse sentido, em fevereiro de 2020, a Companhia solicitou à ANEEL o reconhecimento de caso fortuito e força maior na implantação da Usina, com a consequente prorrogação do cronograma do empreendimento e deslocamento do período de suprimento de energia, com excludente de responsabilidade. A solicitação ainda não foi respondida pela agência.

2. Apresentação e sumário das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, correspondendo estas as mesmas informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

2. Apresentação e sumário das práticas contábeis--Continuação

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução da diretoria em 30 de março de 2021.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado e de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 2020 e 2019, a Companhia não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e adiantamentos a fornecedores.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, Obrigações com arrendamento e debêntures

2. Apresentação e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2. Imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, será calculada a partir do início das operações, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis dos ativos em formação.

A autorização para exploração do potencial termelétrico, como produtora independente de energia elétrica, vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos (vide Nota explicativa nº 1). Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica não passarão a integrar o patrimônio da União.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.4. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas de multas, acréscimos moratórios e tarifas bancárias.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2. Apresentação e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.6. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

2.7. Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2020

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2. Apresentação e sumário das práticas contábeis--Continuação

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Gerenciamento de risco

A Companhia avalia e considerara relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

  - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes serão formadas por um único cliente, via contrato de compra de energia pelo prazo de 15 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Adicionalmente, uma parcela relevante do CCESI será paga através da sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), conta setorial cuja fonte de recursos é pulverizada através do setor elétrico. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

- Risco de mercado

  O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.
  Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures, emitidas através da 1ª Emissão de debêntures em duas séries da Companhia, remuneradas a CDI + 12% a.a..

  A Companhia não possui operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

- Risco de liquidez

  Tabela do risco de liquidez e juros

  A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

3. Gerenciamento de risco--Continuação

- Risco de liquidez--Continuação

  Instrumentos a taxa de juros

	De 1 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	40	-	40
Debêntures	-	24.253	24.253
	40	24.253	24.293

- Gestão de capital

  A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

  A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	**1**	1
Aplicações financeiras	**257**	-
	258	1

As aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de investimentos, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 98% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2020
FIT Manejo do Brasil Ltda	**5.500**
Total	**5.500**

FIT Manejo do Brasil Ltda refere-se ao adiantamento, a título de antecipação ao fornecimento, na aquisição de madeira, que será utilizada na produção de energia elétrica a partir do início da Operação Comercial (“COD”) e até o seu 8º (oitavo) aniversário.

6. Imobilizado

(a) Composição do imobilizado

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Obras em andamento	-	26.733	-
Adiantamento a fornecedores	-	24.052	-
Total		50.785	-

(b) Movimentação do imobilizado

Custo	31/12/2019	Adições	Juros debêntures	31/12/2020
Obras em andamento	-	26.077	656	26.733
Adiantamento a fornecedores	-	24.052	-	24.052
	-	50.129	656	50.785

7. Debêntures

Em deliberação na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de setembro de 2019, o acionista da Bonfim Geração e Comercio de Energia SPE S.A, em rerratificação das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2020, aprovou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, composta por 20.000 (vinte mil) debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), sendo (i) 10.000 (dez mil) debêntures relativas às Debêntures da 1ª (primeira) série e (ii) 10.000 (dez mil) debêntures relativas às Debêntures da 2ª (segunda) série, perfazendo o montante total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com a finalidade de viabilizar o projeto de implantação da térmica a base de biomassa.

O prazo para vencimento das debêntures da 1ª. Série é de 638 dias corridos contados da Data de Emissão das Debêntures da 1ª. Série. O prazo para vencimento das debêntures da 2ª. Série é de 610 dias corridos contados da Data de Emissão das Debêntures da 2ª. Série.

	Indexador	31/12/2020	31/12/2019
Debentures:			
1ª Serie	CDI +12,0% a.a.	**10.467**	-
2ª Serie	CDI +12,0% a.a.	**10.241**	-
(-) Custo com transação com debêntures		**(42)**	-
		20.666	-
Não circulante		**20.666**	-

Movimentação das debêntures

	31/12/2020
Saldo inicial	-
Captação	20.052
Juros sobre debêntures	656
Pagamento de custo de transação	(42)
Saldo final	20.666

7. **Debêntures**--Continuação

A Companhia está sujeita a cláusulas financeiras restritivas ("covenants"), incluindo, entre outros, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor. Não há cláusulas que exijam o atingimento de índices financeiros. As cláusulas restritivas e as garantias relacionados ao financiamento são os seguintes:

Garantias

Inicialmente, as debêntures da 1ª emissão foram garantidas por (i) alienação fiduciária de100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, de propriedade da OXE, nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças"; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis oriundos do "Contrato de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados – CCESI nº 06/2019", relativo ao Leilão nº 01/2019-ANEEL, nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças".

Como fato subsequente, em 06 de janeiro de 2021, foi formalizada a Liberação das garantias reais das debêntures da 1ª emissão, conforme previsto na escritura de emissão, com a assinatura da escritura da 2ª emissão de debêntures da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve-se dentro dos limites de crédito, bem como, em acordo com os *covenants* estipulados no contrato.

8. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 20.756 (R$ 1 em 2019), aumentado em R$ 20.755, e está representado por 20.756.206 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
OXE Participações S.A.	**20.756.206**	**100,00%**
Total	**20.756.206**	**100,00%**

(b) Aumento para futuro aumento de capital (AFAC)

Os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$16.150, referem-se a recursos de acionistas destinados e vinculados ao aumento de capital da Companhia. O aumento de capital será integralizado mediante aprovação em reunião da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada durante o exercício de 2021.

9. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2020
Serviços de terceiros	874
Taxas e Emolumentos	135
Assessoria Jurídica	116
Despesas Aluguéis Veículos	62
Serviços Informática	15
Outros	13
Total	1.215

10. Cobertura de seguro

Seguro de risco de engenharia

A Companhia é parte segurada da apólice de seguros de risco de engenharia da Motrice (EPCista) e dos fornecedores dos principais equipamentos (caldeira e turbogerador). Essas apólices tem como objeto segurado a execução de todas as obras necessárias a completa implantação, testes e comissionamento, bem como a entrada em operação e perfeito funcionamento do complexo termoelétrico Jacitara, formado por duas usinas termoelétricas (UTE), sendo uma delas a UTE Pau Rainha, considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro garantia

A Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R$ 3.825 que garante a indenização em razão de eventual inadimplemento das obrigações da Companhia previstas no contrato principal, no edital do Leilão no.01/2019 – Aneel, processo no.48500.000027/2019-14, destinado ao CCESI.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

11. Evento subsequente

Em 13 de janeiro de 2021 e 17 de fevereiro de 2021, o Acionista da Pau Rainha Geração e Comércio de Energia SPE S.A, celebrou o primeiro e segundo aditamento, respectivamente, referente as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de dezembro de 2020, as quais foram devidamente registradas na JUCERR em 18 de janeiro de 2021 e 25 de fevereiro de 2021, cujos os termos ratificam a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) debêntures, no valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), sendo (i) 30.000 (trinta mil) debêntures relativas às Debêntures da 1ª. (primeira) série e (ii) 57.500 (cinquenta e sete mil e quinhentas) debêntures relativas às Debêntures da 2ª. (segunda) série, perfazendo o montante total de R$ 87.500, com a finalidade exclusiva para pagamentos futuros ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados à implantação da Central Gerado Termelétrica Bonfim, incorridos em prazo de até 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de divulgação do Comunicado de Encerramento da 2ª. Emissão.

O prazo para vencimento das debêntures da 1ª. Série é de 14 (catorze) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da 1ª. Série. O prazo para vencimento das debêntures da 2ª. Série é de 14 (catorze) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da 2ª. Série.

A amortização do valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 1ª Serie e da 2ª Serie será em 26 (vinte e seis) parcelas semestrais, a partir da Data de Emissão das Debêntures, sempre no dia 15 de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2022.

A remuneração das Debêntures da 1ª Serie e da 2ª Serie será paga em parcelas semestrais, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e de dezembro de cada ano, a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2022.